



# Eco050 Concessionária de Rodovias S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2025  
e relatório do auditor independente**



## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas  
Eco050 Concessionária de Rodovias S.A.

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eco050 Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

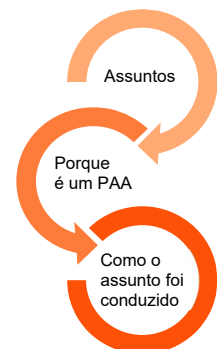
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eco050 Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



<b>Porque é um PAA</b>	<b>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria</b>
<p data-bbox="258 501 861 562"><b>Reconhecimento de receita com arrecadação de pedágio (Nota 3.6 e 21)</b></p> <p data-bbox="258 595 861 748">A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia.</p> <p data-bbox="258 781 861 969">Essas transações são controladas por sistema de passagem próprio que são posteriormente sumariadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados anualmente baseados no contrato de concessão.</p> <p data-bbox="258 1003 861 1191">Essa área foi considerada como umas das principais em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita.</p>	<p data-bbox="861 595 1487 813">Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização do entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábil.</p> <p data-bbox="861 846 1487 969">Efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema de passagem durante o exercício e os sistemas financeiro e contábil, bem como com os registros fiscais da Companhia.</p> <p data-bbox="861 1003 1487 1155">Em base amostral, recalculamos o valor da receita por meio de comparação do valor da tarifa de pedágio divulgada no Diário Oficial da União, com o valor efetivamente cobrado pela Companhia.</p> <p data-bbox="861 1189 1487 1344">Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.</p>

**Redução ao valor recuperável do ativo intangível - contratos de concessão (Notas 3.2 e 11)**

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tem registrado em seu ativo intangível o montante de R\$ 2.320.549 mil referente ao valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com o contrato de concessão. Esses investimentos possuem expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários.

A capacidade de recuperação desse ativo é avaliada com base em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com alto grau de julgamento em relação às estimativas e premissas consideradas pela administração que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Entre as

Entre outros procedimentos, efetuamos a atualização do entendimento dos controles internos relevantes para a determinação do valor recuperável, incluindo a definição e revisão das premissas relevantes adotadas pela administração.

Adicionalmente, testamos, com o apoio de nossos especialistas internos, a consistência das informações e principais premissas utilizadas pela administração da Companhia, incluindo as projeções de crescimento dos fluxos de tráfego, os ajustes tarifários a estimativa de investimentos e a taxa de desconto, mediante comparação com o orçamento elaborado pela administração e informações e dados públicos e internos.

<b>Porque é um PAA</b>	<b>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria</b>
premissas que mais impactam o valor recuperável constam as perspectivas de crescimento, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, conseqüentemente, nas demonstrações financeiras.	<p>Avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio na determinação dos fluxos de tráfego.</p> <p>Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.</p>

### **Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Eco050 Concessionária de Rodovias S.A.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Eco050 Concessionária de Rodovias S.A.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Sérgio Eduardo Zamora  
Contador CRC 1SP168728/O-4

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

### Introdução

A Administração da Ecovias Minas Goiás, em conformidade com as disposições estatutárias legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 dezembro 2025, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao exercício findo em 31 dezembro 2024.

### Companhia

A Eco050 - Concessionária de Rodovias S.A. (“Ecovias Minas Goiás” ou “Companhia”) é uma Sociedade de Propósito Específico, foi constituída em 06 de novembro de 2013, e tem por objeto social, específica e exclusivamente, nos termos do Edital do Leilão nº 001/2013, e do Contrato de Concessão celebrado entre a Companhia e a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, e respectivos aditivos, a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade da Rodovia Federal BR-050/GO/MG. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, assinado em 05 de dezembro de 2013, possui prazo final em 07 de janeiro de 2044. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 17.1 das Demonstrações Financeiras. A sede da Companhia está localizada na Rua Sintra, 50, Bairro Granja Marileusa, no município de Uberlândia - MG.

A Companhia ressalta que as conquistas alcançadas são resultado do empenho e comprometimento de seus colaboradores, aos quais agradece. Além deles, a Ecovias Minas Goiás agradece também a confiança dos seus acionistas, usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais parceiros.

### PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 dezembro 2025 e de 2024 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas principais práticas contábeis estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3 das Demonstrações Financeiras.

### RESULTADOS OPERACIONAIS E FINANCEIROS

#### VOLUME DE TRÁFEGO

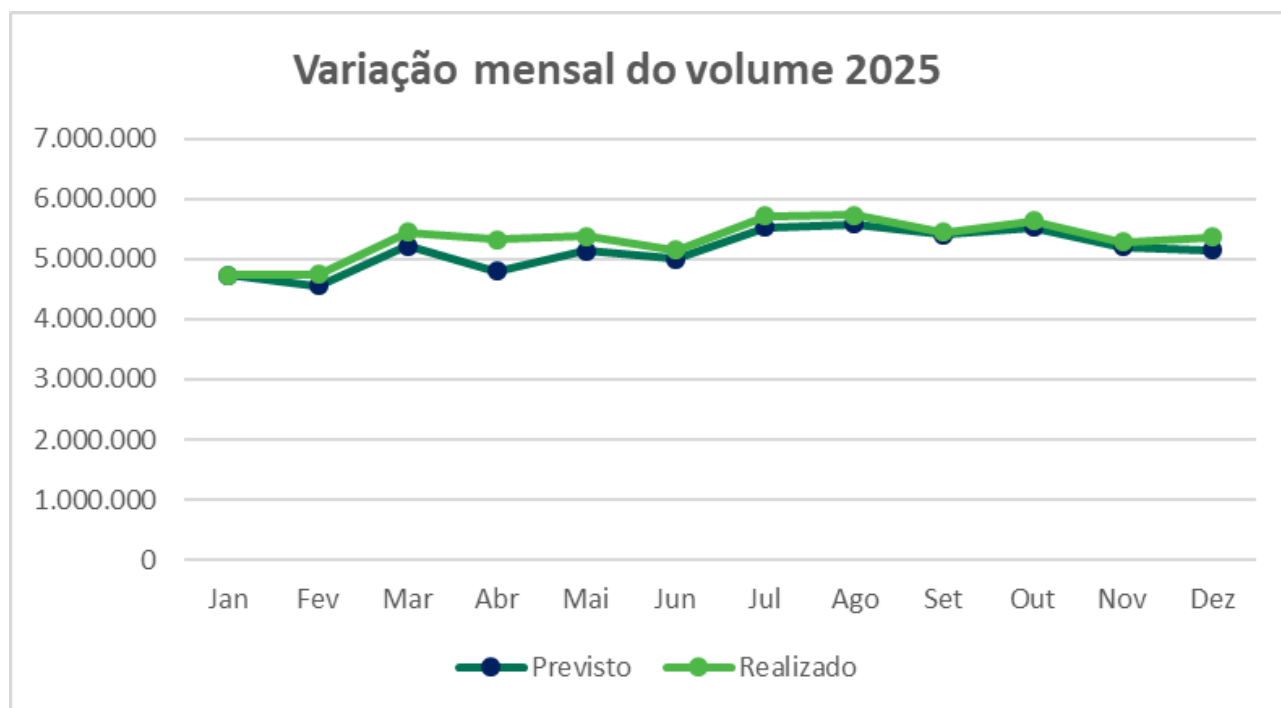
O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 63.926 mil em 2025, aumento de 7,0% em relação a 2024. O tráfego de veículos leves apresentou aumento de 2,2% devido às condições climáticas favoráveis nos finais de semana e feriados. O tráfego de veículos pesados apresentou aumento de 8,7% devido ao aumento das exportações de soja.

<b>Volume de tráfego</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>Var.</b>
<b>(veículos equivalentes pagantes x mil)</b>			
Leves	16.109	15.763	2,2 %
Pesados	47.817	43.998	8,7 %
<b>Total</b>	<b>63.926</b>	<b>59.761</b>	<b>7,0 %</b>

*Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.*

### Caracterização do Tráfego

A Companhia apresenta no quadro abaixo o volume diário médio equivalente por mês no ano base, VDM (volume diário médio) e VDMA (volume diário médio anualizado), respectivamente.



### TARIFA E TARIFA MÉDIA

A tarifa média por veículo equivalente foi de R\$6,85 em 2025, aumento de 3,0% em relação ao ano anterior.

Em julho/25, foi aplicado o reajuste das tarifas de pedágio da Companhia com aumento de 5,63% devido, principalmente, à variação do IPCA.

Tarifa média (Em R\$)	2025	2024	Var.
Ecovias Minas Goiás	6,85	6,65	3,0%

A tabela abaixo apresenta os valores referentes às tarifas praticadas em cada praça de pedágio, por categoria de veículo, vigente em 31 dezembro 2025.

Valor da tarifa por praça de pedágio (em R\$) - Vigente em 31/12/2025									
Pça.	Categoria de veículo								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
P1	R\$ 8,90	R\$ 17,80	R\$ 13,35	R\$ 26,70	R\$ 17,80	R\$ 35,60	R\$ 44,50	R\$ 53,40	R\$ 4,45
P2	R\$ 9,60	R\$ 19,20	R\$ 14,40	R\$ 28,80	R\$ 19,20	R\$ 38,40	R\$ 48,00	R\$ 57,60	R\$ 4,80
P3	R\$ 7,30	R\$ 14,60	R\$ 10,95	R\$ 21,90	R\$ 14,60	R\$ 29,20	R\$ 36,50	R\$ 43,80	R\$ 3,65
P4	R\$ 5,50	R\$ 11,00	R\$ 8,25	R\$ 16,50	R\$ 11,00	R\$ 22,00	R\$ 27,50	R\$ 33,00	R\$ 2,75
P5	R\$ 7,90	R\$ 15,80	R\$ 11,85	R\$ 23,70	R\$ 15,80	R\$ 31,60	R\$ 39,50	R\$ 47,40	R\$ 3,95
P6	R\$ 5,60	R\$ 11,20	R\$ 8,40	R\$ 16,80	R\$ 11,20	R\$ 22,40	R\$ 28,00	R\$ 33,60	R\$ 2,80

## RECEITA BRUTA

A receita bruta totalizou R\$639,7 milhões em 2025, redução de 7,0% devido, principalmente, à redução da receita de construção, em razão do menor volume de obras no período. As deduções sobre a receita bruta somaram R\$37,4 milhões, 5,5% superior em relação a 2024.

**Receita de Pedágio:** R\$429,5 milhões em 2025, aumento de 5,7% em função do crescimento do tráfego de veículos e reajuste das tarifas de pedágio.

**Receitas Acessórias:** R\$1,3 milhão em 2025, aumento de R\$0,1 milhão quando comparado ao ano anterior.

**Receita de Construção:** R\$208,9 milhões em 2025, redução de 25,6%, devido ao menor volume de obras no período.

O quadro abaixo demonstra a receita bruta da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor da receita acumulada desde o início da concessão. O valor acumulado de R\$5.300,9 milhões corresponde à receita obtida com pedágios e outras fontes de receitas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados desde o início da concessão até 31 dezembro 2025.

Receita Bruta (Em milhões de R\$)	2025	2024	Acumulado até 2023
Receitas de Pedágio	429,5	406,2	2.274,6
Receitas Acessórias	1,3	1,1	10,2
Receita de Construção	208,9	280,8	1.688,4
<b>Total</b>	<b>639,7</b>	<b>688,1</b>	<b>3.973,1</b>

Para mais informações sobre a receita líquida, vide Nota Explicativa nº 21 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

## CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$441,9 milhões em 2025, redução de 9,0% em relação a 2024, devido, principalmente, ao menor volume de obras contratuais no período (custo de construção de obras) e à redução dos custos com conservação e manutenção, parcialmente compensados pelo aumento da base de ativos (depreciação e amortização). **Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$119,4 milhões, aumento de 1,9% em relação ao ano anterior.**

O quadro abaixo demonstra os custos operacionais e despesas administrativas da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor acumulado desde o início da concessão. O valor acumulado de R\$3.338,1 milhões corresponde aos custos e despesas operacionais desde o início da concessão até 31 dezembro 2025.

Custos e despesas operacionais (Em milhões de R\$)	2025	2024	Acumulado até 2023
Custos e despesas	441,9	485,8	2.410,5

Para mais informações sobre os custos e despesas operacionais, vide Nota Explicativa nº 22 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

## EBITDA E MARGEM EBITDA

Em 2025, o EBITDA totalizou R\$255,1 milhões. O EBITDA ajustado, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$273,8 milhões, aumento de 7,4% em relação a 2024, com margem EBITDA ajustada de 69,6% (+1,1 p.p.).

## RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido em 2025 foi negativo em R\$99,3 milhões, aumento de 26,1% em relação aos R\$78,8 milhões negativos em 2024, devido, principalmente, ao incremento da variação monetária sobre empréstimos e financiamentos e dos juros e variação monetária sobre debêntures, além da redução de outros efeitos financeiros. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento das receitas de aplicações financeiras.

## LUCRO DO EXERCÍCIO

Em 2025, o lucro líquido da Companhia totalizou R\$37,9 milhões, redução de 37,8% em relação a 2024.

## DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

A Ecovias Minas Goiás encerrou o exercício de 2025 com saldos distribuídos entre de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras e conta reserva de curto e longo prazo no valor de R\$408,4 milhões e dívida bruta, composta por empréstimos e financiamentos e debêntures, no valor de R\$1.434,4 milhões, sendo 94,8% dos vencimentos no longo prazo. A dívida líquida encerrou o ano em R\$1.026,0 milhões e o indicador de Dívida Líquida/EBITDA ajustado em 3,7x.

Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide Notas Explicativas nº 13 e 14 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

## INVESTIMENTOS

Os investimentos totalizaram R\$262,9 milhões em 2025, destinados à execução de obras, duplicações, dispositivos de segurança, além de serviços de terraplenagem e contenção.

A tabela abaixo demonstra os valores dos investimentos acumulados desde o início da concessão.

Investimentos (em milhões de R\$)	2025	2024	Acumulado até 2023
Intangível	257,3	329,0	2.226,5
Imobilizado	5,5	4,8	291,5
<b>Investimentos totais</b>	<b>262,9</b>	<b>333,8</b>	<b>2.518,0</b>

## VALOR ADICIONADO

Em 2025, o valor adicionado líquido gerado como riqueza atingiu R\$224,7 milhões, isto é, 35,1% de representatividade em relação à receita operacional bruta, 1,7% inferior ao ano anterior, quando o valor adicionado foi de R\$228,6 milhões e a representatividade de 33,2% (+1,9 p.p.).

## ISS DISTRIBUÍDO

O valor distribuído de ISS (Imposto Sobre Serviço) para as prefeituras em 2025 foi de R\$21,5 milhões.

<b>Impostos Municipais repassados (Em milhões de R\$)</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>Acumulado até 2023</b>
ISS	21,5	20,4	119,6

## **DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram distribuídos valores à título de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio. O saldo de R\$9.013 mil, registrado na rubrica “Dividendos a pagar”, refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios de 2025. A Companhia tem expectativa de realizar o pagamento até 31 de dezembro de 2026.

## **PLANEJAMENTO E GESTÃO EMPRESARIAL**

O êxito alcançado pela Companhia em seu processo de adaptação às rápidas transformações no setor de transportes deve-se, em grande parte, à excelência de seu planejamento empresarial.

Em 2025, as atividades relacionadas à gestão pela qualidade total envolveram o desenvolvimento de estudos e projetos, bem como a realização de eventos voltados ao gerenciamento da rotina nas diversas áreas das Unidades de Negócios. Destaca-se também a manutenção da certificação da ISO 9001:2015 - Sistema de Gestão da Qualidade, evidenciando que os objetivos estabelecidos pela organização estão sendo monitorados adequadamente, além de demonstrar o controle eficaz de seus processos para garantir o atendimento aos requisitos das partes interessadas.

Dessa forma, a Companhia assegura a entrega de serviços com maior qualidade, com foco na gestão estratégica e no desenvolvimento sustentável, por meio da implementação robusta do Sistema de Gestão da Qualidade.

Adicionalmente, a Companhia garantiu a manutenção da certificação ISO 14001:2015 – Sistema de Gestão Ambiental e ISO 45001:2018 – Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional, o que reflete a capacidade da organização em prover produtos e serviços que atendem aos requisitos dos clientes, bem como aos requisitos regulamentares e estatutários. Além disso, essas certificações evidenciam o esforço da organização em melhorar seu desempenho ambiental e de saúde e segurança ocupacional (SSO).

Por fim, a manutenção da certificação da ISO 39001:2015 – Sistema de Gestão de Segurança Viária corrobora o monitoramento adequado dos processos da organização, por meio de indicadores e controle de ações voltadas à redução de mortes e lesões graves decorrentes de acidentes de trânsito que possam ser influenciados pela Companhia.

Conclui-se, assim, que o sistema de gestão integrado continua implementado de forma a contribuir significativamente para a melhoria contínua do desempenho organizacional.

## **RECURSOS HUMANOS**

Em 2025, a Concessionária investiu R\$141,0 mil (R\$83,6 mil em 2024) em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional de seus empregados, a fim de manter a Companhia a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais.

Os funcionários alocados na concessão são apresentados na tabela abaixo de acordo com os dados em 31 dezembro 2025. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via

concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

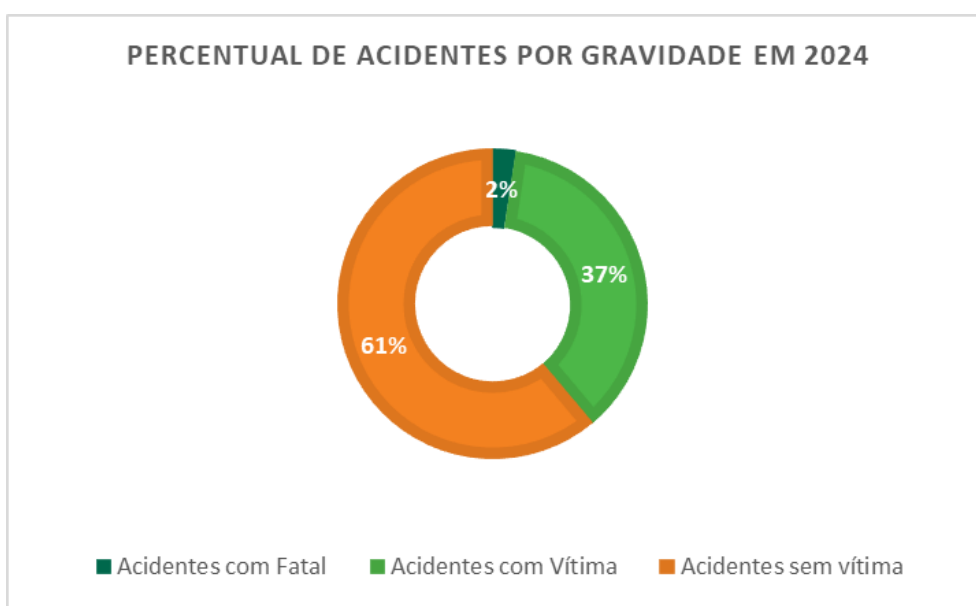
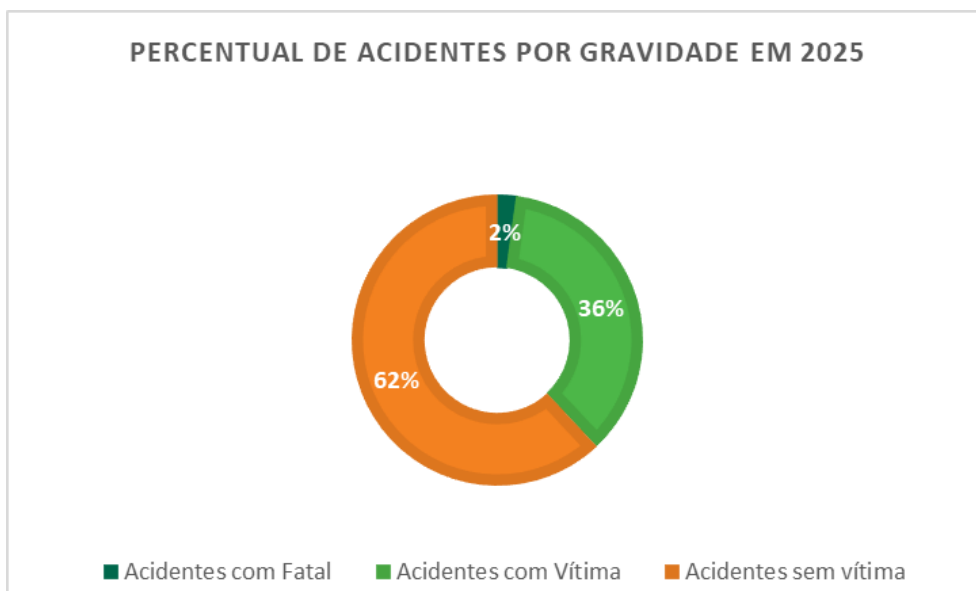
<b>Funcionários alocados na concessão</b>		
<b>Descrição do Cargo</b>	<b>Qtde</b>	<b>(Qtde/VDMA) *10.000</b>
Analista De Planejamento Controle E Controle Operacional	3	0,43
Auxiliar Sistema Rodoviário	4	0,57
Assistente Planejamento Controle Operacional/sistema Rodoviário	13	1,86
Controlador De Cco	2	0,29
Controlador Sistema Rodoviário	3	0,43
Controlador Tráfego	2	0,29
Coordenador Cco	1	0,14
Coordenador Operações Rodoviárias	1	0,14
Gerente Operações Rodoviárias	1	0,14
Lider Socorro Mecânico	1	0,14
Operador De Cco	11	1,57
Operador Pedágio/rodoviário	189	26,97
Operador Tráfego	52	7,42
Supervisor Operações Rodoviária	2	0,29
Supervisor Cco	1	0,14
Técnico Segurança Do Trabalho	2	0,29
<b>Total de Pessoal - Operacional</b>	<b>288</b>	<b>41,11</b>
Advogado	1	0,14
Auxiliar/assistente Administrativo	6	0,86
Assistente Diretoria/ouvidoria	2	0,29
Analista Administração/comunicação/sustentabilidade	4	0,57
Coordenador Comunicação	1	0,14
Recepcionista	1	0,14
<b>Total de Pessoal - Pedágio</b>	<b>15</b>	<b>2,14</b>
<b>Total de Pessoal - Concessionária</b>	<b>303</b>	<b>43,25</b>

## INDICADORES OPERACIONAIS

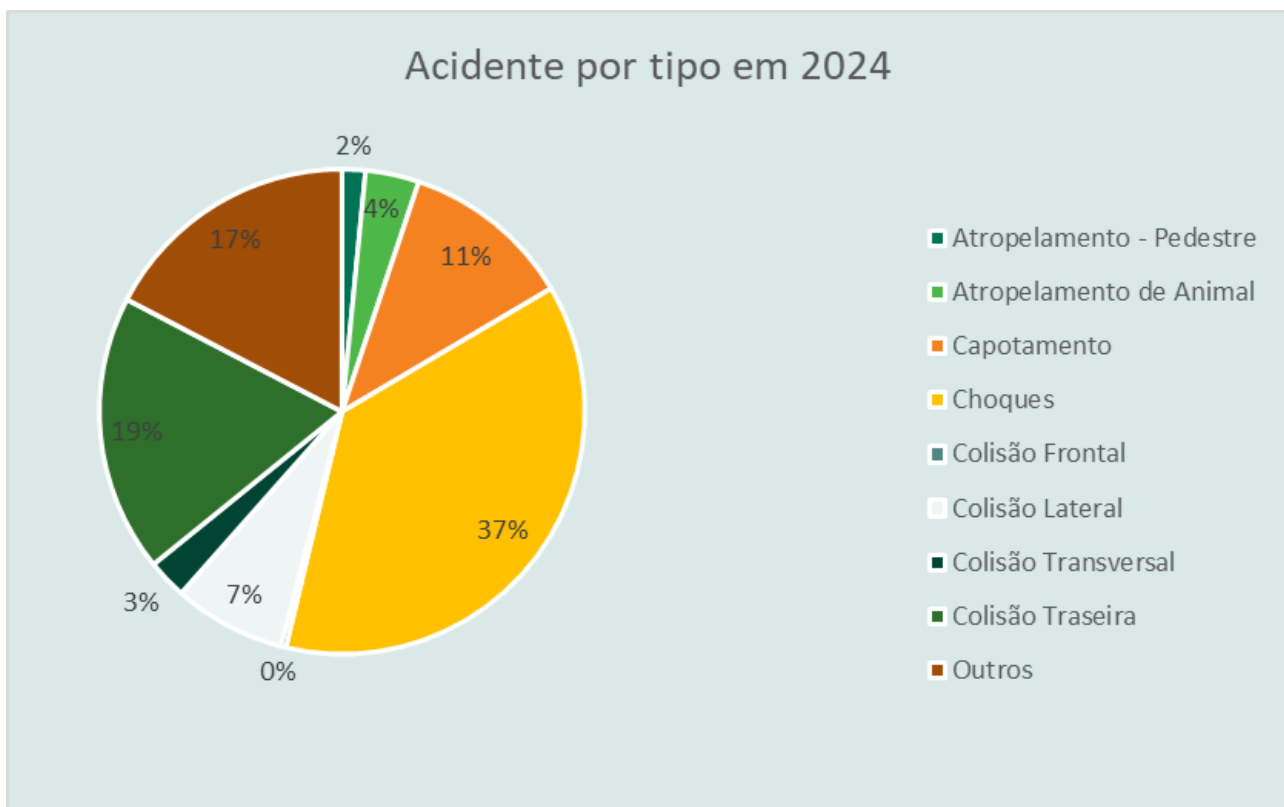
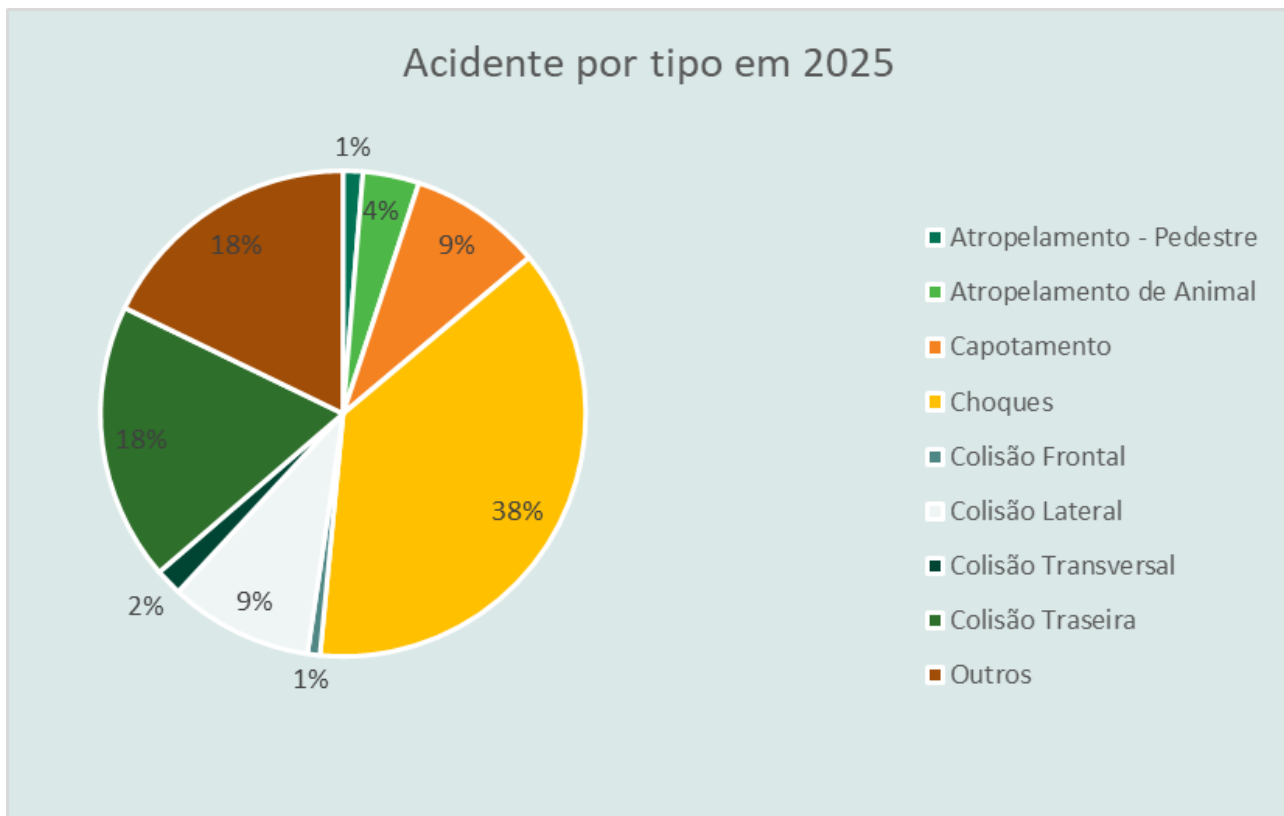
### Segurança no Trânsito

#### Acidentes

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.



A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.



## DADOS DE OPERAÇÃO DA CONCESSÃO

### Veículos Alocados

Os veículos alocados na operação da concessão são apresentados na tabela abaixo de acordo com os dados de 2025. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise. O resultado é apresentado em Qtde/100 km.

Veículos aplicados na concessão		
Tipo de veículo	Qtde	Qtde/100 km
Viatura de inspeção	15	3,44
Controlador de Tráfego	1	0,23
Guincho Leve	13	2,98
Caminhão pipa	3	0,69
Guincho Super Pesado	5	1,15
Caminhão boiadeiro	3	0,69
Ambulância Simples	7	1,60
UTI	4	0,92
<b>Total de Pessoal - Operacional</b>	<b>51</b>	<b>11,70</b>
Administração	2	0,46
Pedágio	2	0,46
Trafego	3	0,69
Engenharia	7	1,60
Diretor	1	0,23
ANTT	2	0,46
Meio ambiente	1	0,23
Manutenção	1	0,23
Conserva	5	1,15
<b>Total de Pessoal - Apoio</b>	<b>24</b>	<b>5,51</b>
<b>Total de Pessoal - Concessionária</b>	<b>75</b>	<b>17,21</b>

## CONCESSIONÁRIA EM NÚMEROS

Dados anuais e por empresa	Referência
Quilômetros da rodovia	436,6 km
Número de veículos que transitaram	Leve 1.255.716 milhões
	Comercial 9.321.336 milhões
Tarifa	Verificar abertura na tabela de tarifas
Número de praças de pedágio	6 (seis)
Número de quilômetros mantidos	436,6 km
Índice de congestionamento	N/A
Trânsito Médio Diário Equivalente	Cat 1: 678
	Cat 2: 7.395
	Cat 3: 12.517
	Cat 4: 11.876
	Cat 5: 12.361
	Cat 6: 33.264
	Cat 7: 22.792
	Cat 8: 340
	Cat 9: 30.453
	Outros : 43.464
Trânsito médio anual equivalente (VDM Eixos)	175.140 mil
Equipes utilizadas pela concessionária	Informações Detalhadas no item - Dados de operação
Índices de qualidade de estrada	Deflexão
	ATR (Flechas)
	Índice de condição do pavimento (ICP)
	Índice de Irregularidade Longitudinal (IRI)
	Índice de retrorrefletância
	Percentual de Trincas (FC2+FC3)
	IFI - Internacional Friction Index (Macrotextura, Microtextura e Aderência)
Desnível - Faixa e acostamento	
Receita de pedágio em 2025	R\$ 429,5 milhões
Custos associados às receitas de pedágio em 2025	R\$ 232,9 milhões

Fator Trabalho	
Número de trabalhadores	303 funcionários
Despesas com pessoal em 2025	R\$ 26,6 milhões

Fator Capital	
Despesas de depreciação em 2025	R\$ 94,8 milhões
Ativo líquido	R\$ 408,4 milhões
Ativo bruto	R\$ 2.806,0 milhões
Série histórica de investimentos até 2025	R\$3.114,7 milhões
Custo de oportunidade de capital em 2025	9,64%

Fatores Intermediários	
Despesas de administração em 2025	R\$ 27,0 milhões
Despesas com manutenção em 2025	R\$ 16,3 milhões
Outras despesas	R\$ 10,2 milhões

Seguridade	
Quantidade de acidentes	Sem feridos: 1039
	Com feridos: 602
	Com mortos: 36

Indicadores	
Tarifa média	R\$6,85
Custo por veículo ou km	R\$3,64

## BALANÇO SOCIAL

1 - Base de cálculo	2025	2024
	Valor em R\$ mil	Valor em R\$ mil
Faturamento Bruto	639.652	688.146
Receita líquida (RL)	602.279	652.731
Resultado Operacional (RO)	160.434	167.017
Folha de Pagamento bruta (FPB)	26.551	26.296
Folha de pagamento bruta - Total	26.551	26.296
Folha de pagamento bruta - Total pago a empresas prestadoras de serviços	—	—

2 - Indicadores sociais internos	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
	Alimentação	2.609	10%	—%	2.374	9%
Encargos sociais	3.684	14%	1%	3.938	15%	1%
Previdência privada	87	—%	—%	125	—%	—%
Saúde	3.415	13%	1%	3.159	12%	—%
Segurança e Saúde no trabalho	55	—%	—%	87	—%	—%
Educação	—	—%	—%	—	—%	—%
Cultura	—	—%	—%	—	—%	—%
Capacitação e desenvolvimento	122	—%	—%	84	—%	—%
Creches ou auxílio creche	140	1%	—%	42	—%	—%
Participação nos lucros ou resultados	421	2%	—%	884	3%	—%
Outros	—	—%	—%	—	—%	—%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>10.533</b>	<b>40%</b>	<b>2%</b>	<b>10.693</b>	<b>41%</b>	<b>2%</b>

3 - Indicadores sociais externos	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
	Educação	—	—%	—%	3	—%
Cultura	—	—%	—%	1	—%	—%
Saúde e saneamento	5	—%	—%	13	—%	—%
Esporte	—	—%	—%	1	—%	—%
Combate à fome e segurança alimentar	—	—%	—%	—	—%	—%
Outros	10	—%	—%	7	—%	—%
<b>Total de contribuições à sociedade</b>	<b>15</b>	<b>—%</b>	<b>—%</b>	<b>25</b>	<b>—%</b>	<b>—%</b>
Tributos (Exceto encargos sociais)	—	—%	—%	—	—%	—%
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>15</b>	<b>—%</b>	<b>—%</b>	<b>25</b>	<b>—%</b>	<b>—%</b>

#### 4 - Indicadores ambientais

Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária	2.462	9%	—%	2.916	11%	—%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	23	—%	—%	25	—%	—%
<b>Total de investimentos em meio ambiente</b>	<b>2.462</b>	<b>9%</b>	<b>—%</b>	<b>2.941</b>	<b>11%</b>	<b>—%</b>

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária	( ) Não possui metas	( ) Não possui metas
	( ) Cumpre de 0 a 50%	( ) Cumpre de 0 a 50%
	( ) Cumpre de 50 a 75%	( ) Cumpre de 50 a 75%
	( x ) Cumpre de 75 a 100%	( x ) Cumpre de 75 a 100%

#### 5 - Indicadores do corpo funcional

Nº de colaboradores ao final do período	303	337
Tempo de serviço	6% até seis meses	10% até seis meses
	12% de seis meses a um ano	13% de seis meses a um ano
	15% entre um e dois anos	11% entre um e dois anos
	30% entre dois e cinco anos	35% entre dois e cinco anos
	37% mais de cinco anos	31% mais de cinco anos

Nº de admissões durante o período	71	106
Nº de demissões durante o período	100	97
Nº de colaboradores terceirizados	918	892
Nº de estagiários (as)	—	—
Nº de colaboradores com até 18 anos	2	1
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	36	45
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	205	227
Nº de colaboradores acima de 45 anos	60	64
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	223	262
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	—%	50%
Remuneração paga a mulheres no período	7.775.753	8.086.389
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	129	152
% de cargos gerenciais ocupados por negros	—%	—%
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades esp.	11	11
Total de horas extras trabalhadas	43.425	47.543
Total de horas extras pagas	710.763	731.022
Total de INSS pagos	3.445	2.993
Total de FGTS pago	1.370	946
Total de Contribuição Sindical paga	64	56
Total de demais encargos sociais pagos	—	—
Total de ICMS recolhidos no período	—	—
Total de IR recolhido no período	14.176	15.304
Total de CSLL recolhidos no período	4.477	4.833
Total de PIS recolhidos no período	1.649	2.712
Total de COFINS recolhidos no período	7.660	12.613

Total de outros tributos recolhidos no período	21.532	20.360
--	--------	--------

### 6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	1946%	1605%
---	-------	-------

Número total de acidentes de trabalho	1	6
---------------------------------------	---	---

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	( ) direção (X) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores	( ) direção (X) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores
---	---	---

Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por	( ) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores (X) todos + CIPA	( ) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores (X) todos + CIPA
---	--	--

Quanto a liberalidade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária	( ) não se envolve (X) segue as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT	( ) não se envolve (X) segue as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT
---	--	--

A previdência privada contempla	( ) direção ( ) direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	( ) direção ( ) direção e gerenciais (X) todos os colaboradores
---------------------------------	---	---

A participação nos lucros ou resultados contempla	( ) direção ( ) direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	( ) direção ( ) direção e gerenciais (X) todos os colaboradores
---	---	---

Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária	( ) não são considerados ( ) são sugeridos (X) são exigidos	( ) não são considerados ( ) são sugeridos (X) são exigidos
--	---	---

Quanto a participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária	( ) não se envolve ( ) apoia (X) organiza e incentiva	( ) não se envolve ( ) apoia (X) organiza e incentiva
--	---	---

% de reclamações e críticas solucionadas	97,0% na Concessionária 0,0% no PROCON 3,0% na Justiça	80,6% na Concessionária 0% no PROCON 16,4% na Justiça
--	--	---

### Valor adicionado total a distribuir

Distribuição do Valor Adicionado	24,3% governo	26,2% governo
	15,2% governo	25,6% governo
	10,6% governo	11,0% governo
	49,9% governo	37,2% governo

## GOVERNANÇA CORPORATIVA

As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., no site [www.ecorodovias.com.br/ri](http://www.ecorodovias.com.br/ri).

Em conformidade com as disposições da Lei nº 15.177/2025, são apresentados a seguir os indicadores da Companhia incorporados ao artigo 133 da Lei nº 6.404/76.

**I – a quantidade e a proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos da companhia; e II – a quantidade e a proporção de mulheres que ocupam cargos na administração da companhia:**

Nível Hierárquico	2025				2024			
	Mulheres		Homens		Mulheres		Homens	
	Qtde.	(%)	Qtde.	(%)	Qtde.	(%)	Qtde.	(%)
<b>Executivos</b>	0	—%	1	100%	1	50%	1	50%
<b>Média Gestão</b>	2	33%	4	67%	2	33%	4	67%
<b>Administrativo</b>	15	88%	2	12%	16	84%	3	16%
<b>Operacional</b>	206	74%	73	26%	243	78%	67	22%
<b>Total</b>	<b>223</b>	<b>74%</b>	<b>80</b>	<b>26%</b>	<b>262</b>	<b>78%</b>	<b>75</b>	<b>22%</b>

Notas: (1) **Executivos:** Diretor Presidente, Diretores Vice-Presidentes, Diretores, Gerentes, Consultores e Superintendentes. (2) **Média Gestão:** Coordenadores, Supervisores e Especialistas. (3) **Administrativos:** Cargos Administrativos, Engenheiros, Advogados, Aprendizes e Estagiários. (4) **Operacional:** Operacional, Técnicos e Liderança Operacional.

**III - o demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da companhia:**

Nível Hierárquico	Proporção da remuneração média anual das mulheres em relação à remuneração média anual dos homens por nível hierárquico	
	2025	2024
<b>Executivos</b>	0,00	1,13
<b>Média Gestão</b>	0,89	1,06
<b>Administrativo</b>	0,65	0,72
<b>Operacional</b>	0,81	0,75

Notas: (1) Níveis hierárquicos englobam os cargos descritos no item I e II (2) A remuneração apresentada contempla o total anual, incluindo remuneração fixa e variável; (3) A análise considera os valores médios por nível hierárquico; (4) As proporções observadas refletem a distribuição atual do quadro de colaboradores entre áreas, níveis hierárquicos e funções, podendo haver variações decorrentes da estrutura interna de cargos; (5) A companhia adota políticas de remuneração baseadas em desempenho, complexidade do cargo, nível de responsabilidade e critérios objetivos de elegibilidade. Dessa forma, diferenças de proporção podem ocorrer em função da diversidade de cargos existentes em cada nível hierárquico, não representando disparidade salarial para funções equivalentes.

## RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda, foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2025: (i) Serviços relacionados à auditoria externa: (i.a) Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); (i.b) Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*); (ii) Serviços não relacionados à auditoria externa: (ii.a) Serviços Previamente Acordados para emissão de relatório de apuração do ICSD (“Índice de Cobertura do Serviço da Dívida”), ICSD projetado e da Relação entre o Patrimônio Líquido Ajustado/Passivo Total da Companhia para a data-base de 31 de dezembro de 2025; (ii.b) Consultoria de benefícios fiscais da

Lei do Bem da Companhia. A prestação dos serviços contratados não relacionados à auditoria externa, estão de acordo com a Política de Contratação de Auditoria Externa aprovada pelo Conselho de Administração da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., e não caracterizam conflito de interesse ou perda de independência e objetividade de seus auditores independentes. Os honorários pagos no exercício de 2025 totalizaram R\$224,3 mil e o valor dos honorários não relacionados à auditoria externa perfazem R\$81,5 mil, representando 36,3% do total de honorários pagos.

### **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

A Diretoria da Eco050 - Concessionária de Rodovias S.A., declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda; e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Uberlândia - MG, 17 de março de 2026.

**A Administração**

**Eco050 - Concessionária de Rodovias S.A.****Balço patrimonial  
(Em milhares de reais – R\$)**

	<b>Nota explicativa</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	<b>71.465</b>	21.998
Aplicações financeiras	7	<b>273.719</b>	2.697
Aplicações financeiras - conta reserva	8	<b>17.173</b>	13.306
Clientes	9	<b>35.584</b>	32.181
Tributos a recuperar		<b>2.144</b>	31
Despesas antecipadas		<b>415</b>	1.337
Partes relacionadas	16	-	23
Outros créditos		<b>2.660</b>	13.105
Total do ativo circulante		<b>403.160</b>	84.678
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais	9	<b>894</b>	1.046
Aplicações financeiras - conta reserva	8	<b>46.024</b>	42.360
Outros créditos		<b>194</b>	200
		<b>47.113</b>	43.606
Imobilizado	10	<b>16.384</b>	16.186
Intangível	11	<b>2.339.387</b>	2.180.458
Total do ativo não circulante		<b>2.402.883</b>	2.240.250
Total do ativo		<b>2.806.043</b>	2.324.928

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Eco050 - Concessionária de Rodovias S.A.****Balanço patrimonial - continuação  
(Em milhares de reais – R\$)**

	<b>Nota explicativa</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		<b>21.399</b>	19.454
Fornecedores - FIDC	6 (b)	<b>5.830</b>	205
Empréstimos e financiamentos	13	<b>49.840</b>	46.507
Debêntures	14	<b>24.617</b>	13.254
Passivo de arrendamento	15	<b>16.465</b>	7.587
Impostos, taxas e contribuições a recolher		<b>5.065</b>	5.470
Obrigações sociais e trabalhistas		<b>2.444</b>	3.004
Partes relacionadas	16	<b>5.783</b>	3.499
Obrigações com poder concedente	17	-	602
Provisão para imposto de renda e contribuição social	12.3	<b>39</b>	444
Dividendos a pagar	20.4	<b>9.013</b>	14.492
Provisão para manutenção	18	<b>32.237</b>	35.792
Outras contas a pagar		<b>1.016</b>	542
Total do passivo circulante		<b>173.748</b>	150.852
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	<b>827.090</b>	852.185
Debêntures	14	<b>532.870</b>	95.484
Passivo de arrendamento	15	<b>3.946</b>	5.183
Tributos diferidos	12.1	<b>26.875</b>	21.942
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	19	<b>7.520</b>	6.116
Provisão para manutenção	18	<b>18.427</b>	23.058
Outras contas a pagar		<b>23.381</b>	21.350
Total do passivo não circulante		<b>1.440.109</b>	1.025.318
Patrimônio líquido			
Capital social	20.1	<b>992.477</b>	992.477
Reserva de lucros - legal	20.2	<b>10.672</b>	8.775
Reserva de capital - orçamento de capital	20.3	<b>189.037</b>	147.506
Total do patrimônio líquido		<b>1.192.186</b>	1.148.758
Total do passivo e patrimônio líquido		<b>2.806.043</b>	2.324.928

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Eco050 - Concessionária de Rodovias S.A.****Demonstração do resultado**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**(Em milhares de reais – R\$)**

	<b>Nota</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
	<b>explicativa</b>		
Receita líquida	21	<b>602.279</b>	652.731
Custo dos serviços prestados	22	<b>(414.873)</b>	(467.228)
Lucro bruto		<b>187.406</b>	185.503
Despesas gerais e administrativas	22	<b>(26.981)</b>	(18.525)
Outras receitas líquidas		<b>9</b>	39
Lucro operacional		<b>160.434</b>	167.017
Receitas financeiras	23	<b>24.733</b>	9.739
Despesas financeiras	23	<b>(124.037)</b>	(88.490)
Resultado financeiro líquido		<b>(99.304)</b>	(78.751)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<b>61.130</b>	88.266
Imposto de renda e contribuição social	12	<b>(23.181)</b>	(27.245)
Lucro líquido do exercício		<b>37.949</b>	61.021
Lucro por ação – básico e diluído (em reais)	24	<b>0,03824</b>	0,07372

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Eco050 - Concessionária de Rodovias S.A.**

**Demonstração do resultado abrangente**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**(Em milhares de reais – R\$)**

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	<b>37.949</b>	61.021
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u><b>37.949</b></u>	<u>61.021</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Eco050 - Concessionária de Rodovias S.A.****Demonstração das mutações no patrimônio líquido**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**(Em milhares de reais – R\$)**

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total
			Legal	Orçamento de Capital	Lucros Retidos		
Saldos em 1º de janeiro de 2024		813.000	5.724	104.028	3.113	-	925.865
Aumento de capital		179.477	-	-	(3.113)	-	176.364
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	61.021	61.021
Destinação do lucro:							
Reserva legal	20.2	-	3.051	-	-	(3.051)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	20.4	-	-	-	-	(14.492)	(14.492)
Constituição de Reserva - Orçamento de Capital	20.4	-	-	43.478	-	(43.478)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		<b>992.477</b>	<b>8.775</b>	<b>147.506</b>	-	-	<b>1.148.758</b>
Constituição de reserva - Orçamento de capital	20.3	-	-	<b>14.492</b>	-	-	<b>14.492</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	<b>37.949</b>	<b>37.949</b>
Destinação do lucro:							
Reserva legal	20.2	-	<b>1.897</b>	-	-	<b>(1.897)</b>	-
Dividendos mínimos obrigatórios	20.4	-	-	-	-	<b>(9.013)</b>	<b>(9.013)</b>
Constituição de reserva - Orçamento de capital	20.4	-	-	<b>27.039</b>	-	<b>(27.039)</b>	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		<b>992.477</b>	<b>10.672</b>	<b>189.037</b>	-	-	<b>1.192.186</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Eco050 - Concessionária de Rodovias S.A.****Demonstração dos fluxos de caixa**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**(Em milhares de reais – R\$)**

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	<b>37.949</b>	61.021
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	<b>94.809</b>	71.263
Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	-	(209)
Capitalização de juros	<b>(14.686)</b>	(15.725)
Encargos financeiros e variação monetária sobre debêntures	<b>29.414</b>	17.124
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	<b>89.102</b>	76.378
Encargos financeiros sobre arrendamentos	<b>3.020</b>	2.126
Provisão e atualização monetária para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias	<b>2.645</b>	1.256
Provisão e atualização monetária da provisão para manutenção	<b>23.627</b>	22.071
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	<b>(66)</b>	52
Obrigações com poder concedente	<b>8.960</b>	7.585
Atualização monetária dos depósitos judiciais	<b>(37)</b>	(36)
Tributos diferidos	<b>4.933</b>	8.605
Provisão para imposto de renda e contribuição social	<b>18.248</b>	18.640
Receita sobre aplicações financeiras - conta reserva	<b>(8.132)</b>	(5.660)
Juros passivos - Mútuo	<b>6.203</b>	-
Varição nos ativos operacionais:		
Clientes	<b>(3.337)</b>	709
Partes relacionadas - clientes	<b>23</b>	38
Tributos a recuperar	<b>(2.113)</b>	417
Despesas antecipadas	<b>922</b>	(52)
Depósitos judiciais	<b>189</b>	(6)
Outros créditos	<b>10.451</b>	(5.860)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Eco050 - Concessionária de Rodovias S.A.**  
**Demonstração dos fluxos de caixa - continuação**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**(Em milhares de reais – R\$)**

	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Varição nos passivos operacionais:		
Fornecedores e FIDC	7.570	(11.408)
Obrigações sociais e trabalhistas	(560)	182
Partes relacionadas - fornecedores	2.284	720
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(405)	266
Pagamento de provisão para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias	(1.241)	(1.319)
Pagamento de provisão para manutenção	(31.813)	(27.289)
Pagamento de obrigações com poder concedente	(9.562)	(7.558)
Outras contas a pagar	2.505	(1.024)
Caixa gerado nas operações	<b>270.902</b>	212.307
Imposto de renda e contribuição social pagos	(18.653)	(20.137)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<b>252.249</b>	192.170
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(5.547)	(4.805)
Aquisição de intangível	(210.850)	(285.970)
Aplicações financeiras	(271.022)	5.039
Aplicações financeiras - conta reserva	601	3.340
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<b>(486.818)</b>	(282.396)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	(68.371)	(50.524)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	(86.155)	(83.147)
Captação de debêntures, empréstimos e financiamentos	444.765	53.700
Partes relacionadas mútuos	(6.203)	-
Aporte de capital	-	152.744
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<b>284.036</b>	72.773
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	<b>49.467</b>	(17.453)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<b>21.998</b>	39.451
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<b>71.465</b>	21.998
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	<b>49.467</b>	(17.453)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Eco050 - Concessionária de Rodovias S.A.****Demonstração do valor adicionado  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais – R\$)**

	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Receitas		
Com arrecadação de pedágio	<b>429.478</b>	406.192
Com construção	<b>208.922</b>	280.813
Outras receitas	<b>1.252</b>	1.141
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	<b>(297.668)</b>	(374.245)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	<b>(22.384)</b>	(13.856)
Outros	<b>(119)</b>	(184)
Valor (consumido) adicionado bruto	<b>319.481</b>	299.861
Depreciação e amortização	<b>(94.809)</b>	(71.263)
Valor (consumido) adicionado líquido produzido pela Companhia	<b>224.672</b>	228.598
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	<b>24.733</b>	9.739
Outras receitas líquidas	<b>9</b>	39
	<b>24.742</b>	9.778
Valor adicionado total a distribuir	<b>249.414</b>	238.376
Distribuição do valor adicionado	<b>249.414</b>	238.376
Pessoal	<b>26.551</b>	26.296
Remuneração direta	<b>19.468</b>	19.640
Benefícios	<b>6.118</b>	5.591
FGTS	<b>965</b>	1.065
Impostos, taxas e contribuições	<b>60.435</b>	62.475
Federais	<b>38.903</b>	42.115
Municipais	<b>21.532</b>	20.360
Remuneração de capitais de terceiros	<b>124.479</b>	88.584
Juros	<b>84.043</b>	66.460
Aluguéis	<b>442</b>	94
Outros efeitos financeiros	<b>39.994</b>	22.030
Remuneração de capitais próprios	<b>37.949</b>	61.021
Reserva legal	<b>1.897</b>	3.051
Orçamento de capital	<b>27.039</b>	43.478
Dividendos mínimos obrigatórios	<b>9.013</b>	14.492

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Eco050 - Concessionária de Rodovias S.A. (“Ecovias Minas Goiás” ou “Companhia”), é uma Sociedade de Propósito Específico, foi constituída em 06 de novembro de 2013, e tem por objeto social, específica e exclusivamente, nos termos do Edital do Leilão nº 001/2013, e do Contrato de Concessão celebrado entre a Companhia e a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, e respectivos aditivos, a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade da Rodovia Federal BR-050/GO/MG. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, assinado em 05 de dezembro de 2013, possui prazo final em 07 de janeiro de 2044. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota 17.1. A sede da Companhia está localizada na Rua Sintra, 50, Bairro Granja Marileusa, no município de Uberlândia - MG. As ações da Companhia de titularidade da Argovias Administração e Participações S.A. (“Argovias”), sendo a controladora final do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, a Aurelia S.r.l., localizada na cidade de Tortona – Itália. As ações da Companhia não são negociadas em Bolsa de Valores, entretanto, a Companhia possui registro na categoria “B”, na Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

### 1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

#### Emissões aprovadas e pagamentos de dívidas

Emissão de dívida: 2ª emissão de debêntures, em três séries, com vencimento em dezembro de 2038, sendo o valor nominal de R\$550.000, remunerados pelo IPCA + 8,59% a.a. Para maiores informações vide Nota 14.

Os principais pagamentos de dívida no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estão identificados abaixo. Para mais informações ver Notas 13 e 14.

<u>Modalidade</u>	<u>Valor pago (principal, variação e juros)</u>
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	44.937
BDMG - Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais	12.594
CEF - Caixa Econômica Federal	54.185
1ª emissão de debêntures	24.577

### 1.2 Visão ASG – Ambiental, Social e Governança (ESG - Environmental, Social and Governance na sigla em Inglês)

O Grupo EcoRodovias adota práticas voltadas à integração dos temas Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) à gestão de seus negócios. Em 2024, o Conselho de Administração aprovou sua Agenda ESG 2030, que consolida diretrizes e compromissos do Grupo em 10 vias da Sustentabilidade, abrangendo, entre outros temas, mitigação e adaptação as mudanças climáticas, biodiversidade, segurança viária e ocupacional, direitos humanos e governança ética empresarial. Os compromissos possuem horizontes temporais até 2030, porém o Grupo estabelece metas anuais, que inclusive fazem parte da bonificação de todos os colaboradores, incluindo a alta liderança.

No pilar climático, o objetivo do Grupo EcoRodovias é reduzir em 42% suas emissões de gases de efeito estufa dos escopos 1 e 2 até 2030 com relação ao ano-base de 2020 e em 11% as emissões de escopo 3 em relação a 2021. Para atingir essa meta, o Grupo mantém um plano de descarbonização, revisado periodicamente, que abrange diferentes projetos e ações estruturados em quatro pilares: combustíveis de baixo carbono; eletrificação de equipamentos; energia renovável; e eficiência de processos e engajamento de fornecedores. Em 2025 o Grupo deu continuidade aos estudos de transição energética, com foco na análise de soluções de combustíveis renováveis para substituição aos fósseis com a implementação de um projeto piloto para o uso do biodiesel B-100 na frota pesada. Além disso, como medida para redução das nossas emissões, substituímos dez guinchos

operacionais movidos a combustão por modelos elétricos. Adicionalmente, o Grupo EcoRodovias possui como prática a aquisição de créditos de carbono para compensar todas as emissões de escopo 1 (emissões diretas) e neutraliza suas emissões de escopo 2 através da compra de I-RECs (certificados de energia renovável).

Outro compromisso da Agenda ESG 2030 está relacionado à adaptação dos negócios do Grupo às mudanças climáticas. Nesse contexto, o Grupo EcoRodovias realizou estudos de vulnerabilidade climática, com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos no médio e no longo prazo (horizontes de 2030 e 2050). Esses estudos são periodicamente revisados de modo a incorporar novas concessões, atualizar cenários climáticos e aprimorar a metodologia adotada. O estudo revisado em 2025 incluiu o levantamento de fatores de riscos físicos, riscos de transição e oportunidades, considerando todos os ativos do Grupo.

Os resultados desse trabalho são incluídos na metodologia de avaliação de riscos do Grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar impactos à segurança da infraestrutura e dos usuários.

### 1.3 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS, a COFINS e o IPI, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC nº 214/2025.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 da Companhia.

### 1.4 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Para fins ilustrativos, a Companhia lista abaixo todas as divulgações de novos e revisados pronunciamentos que entraram em vigor a partir de, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma), independentemente de terem algum impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

Alterações ao IAS 21/CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis

Em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária.

As alterações mencionadas acima não causaram qualquer impacto material nas operações ou demonstrações financeiras da Companhia.

## **2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **2.1 Declaração de conformidade e base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (*IFRS® Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations)* ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations)* e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, no caso de determinados ativos e passivos financeiros.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

## 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a “moeda funcional”).

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

## 2.3 Aprovação das demonstrações Financeiras

Em 16 de março de 2026, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras.

# 3 RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário.

## 3.1 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando estes forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

### Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

### Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

### Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente.

Para ativos financeiros, exceto para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica “Receitas financeiras” (Nota 23).

### Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

### Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

### Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios; (ii) mantido para negociação; ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

## Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

### 3.2 Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

#### Ativos intangíveis

O Contrato de Concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de redução ao valor recuperável descritos na Nota 11, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual.

### 3.3 Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

#### Provisão para manutenção

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do Contrato de Concessão. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato ao longo de todo o período de concessão. Os montantes dessas obrigações são registrados a valor presente com a taxa de 8,35% ao ano (8,64% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024), correspondente ao Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC (*Weighted Average Cost of Capital - WACC* na sigla em inglês). Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos.

#### Provisão para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias

A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

#### 3.4 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras com à transação em questão. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

#### 3.5 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos, financiamentos e debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos, financiamentos e debêntures são desreconhecidos quando a obrigação contratual é extinta, cancelada ou expirada.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha o direito, na data do balanço, de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a referida data.

As cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que a Companhia é obrigada a cumprir, até a data do balanço, são considerados na classificação dos empréstimos, financiamentos e debêntures como circulante ou não circulante. Contudo, aquelas que a Companhia é obrigada a cumprir após a data do balanço não afetam a classificação na data do balanço, mas são objeto de divulgação nas demonstrações financeiras.

Os custos dos empréstimos, financiamentos e debêntures, diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos, financiamentos e debêntures são registrados em despesa no período em que são incorridos.

#### 3.6 Receitas oriundas das cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzidas de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. Os valores das tarifas são pactuados e reajustados anualmente com base no Contrato de Concessão.

A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

A Companhia possui sistema próprio de controle de passagens e faz o referido controle por transação, cabine e praça de pedágio. Devido ao alto volume de trânsitos na rodovia administrada pela Companhia, a contabilização da receita é feita da seguinte maneira: (i) pedágio por equipamento eletrônico (AVI): no encerramento do mês, após a conciliação com as operadoras de cobrança eletrônica, por dia, por praça e por operadora; (ii) pedágio em numerário: diariamente, através dos depósitos de numerário (bolsas), nos cofres inteligentes e conciliados posteriormente com o recolhimento da transportadora de valores; (iii) vale pedágio: diariamente, a partir da conferência dos valores de cupons declarados pelos operadores no momento da liquidação; e (iv) cartões: diariamente (por lote).

### 3.7 Arrendamento

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como passivo de arrendamento com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa do Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC da Companhia (Weighted Average Cost of Capital - WACC na sigla em inglês).

### 3.8 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado.

### 3.9 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

### 3.10 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que a Companhia atua e gera lucro tributável.

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

### 3.11 Partes relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, serviços de consultoria, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Bolsa, Brasil, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3".

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's lenght basis*).

### 3.12 Normas emitidas e/ou alteração de normas que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações novas e alterações emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas, pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

A Companhia apresenta as normas emitidas, mas ainda não vigentes considerando as demonstrações financeiras elaboradas em compliance com as normas do CPC e IFRS. Por esse motivo, algumas das normas abaixo descritas fazem menção somente ao IFRS, uma vez que até a data da publicação dessas demonstrações, algumas das normas novas ou revisadas ainda não haviam sido objeto de publicação por parte do CPC.

- Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis às empresas em geral e não apenas às instituições

financeiras. As alterações:

- (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
- (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
- (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
- (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI").

As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

- Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza

Em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como 'contracts referencing nature-dependent electricity'. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de own use, (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting (cash flow hedge) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. O Grupo está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais para a Companhia.

- IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras.

A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de

itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.

Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, o Grupo desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial.

O Grupo não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

- No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

- IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações e alterações

Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

- Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11

As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). As alterações referem-se às seguintes normas:

IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro";

IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7";

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros";

IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e

IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa".

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

- Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária

Essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se:

- sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou
- estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária.

As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao feedback de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária.

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

- Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras"

Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras.

Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) às quais estão relacionados.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas contábeis (IFRS Accounting Standards) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

### 3.13 Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição.

### 3.14 Benefícios a empregados – Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados.

### 3.15 Demonstração do valor adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

### 3.16 Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes, ao EBITDA (*Earnings Before Income Taxes, Depreciation and Amortization*), e metas individuais de cada colaborador. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

## 4 PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contemplados a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes;
- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego;
- Provisões: a determinação de provisões para manutenção, provisões para perdas ambientais, cíveis e trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e
- Redução ao valor recuperável: Atualmente, a Administração testa eventuais perdas para redução ao valor recuperável, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.2. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração (Nota 11).

### Contabilização do Contrato de Concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão.

### Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de benefício econômico futuro / receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é

reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

#### Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão.

#### Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPCO1 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) Contratos de Concessão, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta a prática de mercado das empresas de concessão rodoviária.

#### Capitalização dos custos dos empréstimos, financiamentos e debêntures

Conforme descrito na Nota 3.5, a Companhia capitaliza os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis. A taxa de capitalização é obtida dividindo-se o saldo médio de obras em andamento pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures, no encerramento de cada mês.

#### Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 8,35% ao ano (8,64% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base o Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* – WACC na sigla em inglês), calculado por consultoria externa e corroborado pela administração da Companhia.

## 5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor e para utilização em compromissos de curto prazo.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa e bancos	5.841	3.818
Equivalentes de caixa:		
Fundo de investimento (a)	65.126	4.124
Operações compromissadas (b)	-	13.743
Aplicações automáticas (c)	498	313
	<u>71.465</u>	<u>21.998</u>

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria “Renda fixa - crédito privado”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador, podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda de valor.

Com base em seu regulamento, o Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2025 a carteira do Fundo de Investimento era composta por 19,2% aplicações em Certificado de Depósito Bancário e 80,8% aplicações em Cotas de Fundos. (Em 31 de dezembro de 2024 a carteira do Fundo de Investimento era composta por 39,5% aplicações em Certificado de Depósito Bancário e 60,5% aplicações em Cotas de Fundos).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 102,7% em 31 de dezembro de 2025 (100,7% em 31 de dezembro de 2024) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas eram remunerados à taxa de 93,1% do CDI em 31 de dezembro de 2024, sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e está aplicada a curtíssimo prazo sendo utilizada antes de 30 dias e não sofre a incidência de IOF.
- (c) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui aplicações automáticas, nas quais os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência, podendo variar de 2% a 100% do CDI. A Companhia mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

O aumento nos saldos de caixa e equivalentes de caixa deve-se principalmente a 2ª emissão de debêntures conforme descrito na Nota 14.

## 6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2025	31/12/2024
Cotas Fundo - BTG CDB I e CDB Plus (a)	269.585	2.647
Cotas Fundo - FIDC_ECO (b)	4.134	50
	<u>273.719</u>	<u>2.697</u>

- (a) Em 31 de dezembro de 2025, os recursos referem-se às aplicações financeiras em Cotas de Fundos com gestão do Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB I e Plus). Este fundo aplica os recursos em papéis de renda fixa e em outras instituições financeiras e possui a mesma estratégia da política de investimentos do Grupo EcoRodovias. Os recursos são remunerados à taxa média ponderada de 102,7% do CDI (100,7% em 31 de dezembro de 2024), vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possui liquidez diária.
- (b) Em 31 de dezembro de 2025, os recursos referem-se às aplicações financeiras em Cotas de Fundos de Direitos Creditórios do Grupo EcoRodovias com gestão e administração do Banco BTG Pactual S.A. (Fundo FIDC\_ECO), remunerado à taxa média ponderada de 102,7% do CDI (100,7% em 31 de dezembro de 2024), vinculado ao fundo de investimento.

No Fundo de Direitos Creditórios (FIDC\_ECO), os recursos são utilizados para financiar nossos fornecedores através da antecipação de recebíveis. Nessa operação os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para o Fundo FIDC\_ECO em troca do recebimento antecipado do título. O Fundo FIDC\_ECO, por sua vez, passa a ser o credor da operação e o Grupo efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor na conta do Fundo FIDC\_ECO. Essa operação não altera prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com o fornecedor. Por não ter objetivo de financiar aquisições de serviços e mercadorias, através de instituições financeiras, esta operação está apresentada nas Demonstrações Financeiras, no passivo circulante, com a nomenclatura “Fornecedores - FIDC” logo abaixo da rubrica “Fornecedores”. Em 31 de dezembro de 2025, o valor antecipado em favor dos fornecedores era de R\$5.830.

O aumento nos saldos de aplicações financeiras deve-se principalmente a 2ª emissão de debêntures conforme descrito na Nota 14.

## 7 APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CONTA RESERVA

As aplicações financeiras - conta reserva são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez:

	31/12/2025	31/12/2024
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	63.197	55.666
	<u>63.197</u>	<u>55.666</u>
Circulante	17.173	13.306
Não circulante	46.024	42.360

O Certificado de Depósito Bancário (CDB) é remunerado a taxa média ponderada de 86% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (83,9% em 31 de dezembro de 2024) e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como aplicações financeiras – conta reserva por estarem vinculadas ao processo de liquidação das debêntures e do financiamento do Banco

Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES da Companhia como garantia de recursos de pagamento de juros e principal.

## 8 CLIENTES

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Pedágio eletrônico (a)	35.256	29.254
Receitas acessórias (b)	93	3.065
Outras contas a receber (c)	307	-
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD (d)	(72)	(138)
	<u>35.584</u>	<u>32.181</u>

- (a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.
- (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão.
- (c) Representados, substancialmente, por serviços prestados aos usuários relativos as tarifas de pedágio recebidas na modalidade “cartão de débito”.
- (d) O valor das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada exercício para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
A vencer	35.576	32.179
Vencidos:		
Até 30 dias	9	-
De 31 a 90 dias	-	16
De 90 a 120 dias	-	8
Acima de 120 dias	71	116
	<u>35.656</u>	<u>32.319</u>

A movimentação das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo no início do exercício	(138)	(86)
Valores recuperados	69	15
Constituição de PECLD	(3)	(67)
Saldo no fim do exercício	<u>(72)</u>	<u>(138)</u>

## 9 DEPÓSITOS JUDICIAIS

A natureza dos depósitos judiciais é:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Cível	284	170
Trabalhista	441	715
Desapropriações	169	161
	<u>894</u>	<u>1.046</u>

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem as quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

As principais causas que resultaram nos depósitos judiciais descritos acima, estão divulgadas na Nota 19 Provisão para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo no início do exercício	1.046	1.004
Adições	247	262
Baixas	(436)	(256)
Atualização monetária	37	36
Saldo no final do exercício	<u>894</u>	<u>1.046</u>

## 10 IMOBILIZADO

	<i>Hardwares</i>	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Taxa anual de amortização - %	20,0	10,0	10,0	25,0	
Taxa média ponderada de amortização - %	3,8	9,2	7,3	1,8	
CUSTO					
Saldos em 31/12/2024	111.558	8.771	1.813	2.107	124.249
Adições	4.437	948	152	10	5.547
Baixa	-	-	(1)	-	(1)
Saldos em 31/12/2025	115.995	9.719	1.964	2.117	129.795
DEPRECIACÃO					
Saldos em 31/12/2024	(100.802)	(4.284)	(942)	(2.035)	(108.063)
Adições	(4.321)	(852)	(138)	(38)	(5.349)
Baixa	-	-	1	-	1
Saldos em 31/12/2025	(105.123)	(5.136)	(1.079)	(2.073)	(113.411)
RESIDUAL					
Em 31/12/2025	10.872	4.583	885	44	16.384
Em 31/12/2024	10.756	4.487	871	72	16.186

	<i>Hardwares</i>	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Taxa anual de amortização - %	20,0	10,0	10,0	25,0	
Taxa média ponderada de amortização - %	4,4	9,9	8,7	2,0	
CUSTO					
Saldos em 31/12/2023	106.595	8.746	1.607	2.092	119.040
Adições	4.401	183	206	15	4.805
Baixa	(3)	-	-	-	(3)
Transferência	565	(158)	-	-	407
Saldos em 31/12/2024	111.558	8.771	1.813	2.107	124.249
DEPRECIACÃO					
Saldos em 31/12/2023	(96.034)	(3.421)	(794)	(1.993)	(102.242)
Adições	(4.771)	(863)	(148)	(42)	(5.824)
Baixa	3	-	-	-	3
Saldos em 31/12/2024	(100.802)	(4.284)	(942)	(2.035)	(108.063)
RESIDUAL					
Em 31/12/2024	10.756	4.487	871	72	16.186
Em 31/12/2023	10.561	5.325	813	99	16.798

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de qualquer natureza.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia. .

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

## 11 INTANGÍVEL

	Contratos de concessão (a)	Intangível em andamento (c)	Softwares de terceiros	Direito de uso - CPC06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	
Taxa média ponderada de amortização - %	(b)	-	9,6	(d)	
<b>CUSTO</b>					
Saldos em 31/12/2024	2.291.026	182.875	5.618	29.870	2.509.389
Adições	135.464	90.048	24	22.853	248.389
Transferência	238.717	(238.717)	-	-	-
Saldos em 31/12/2025	2.665.207	34.206	5.642	52.723	2.757.778
<b>AMORTIZAÇÃO</b>					
Saldos em 31/12/2024	(305.192)	-	(4.071)	(19.668)	(328.931)
Adições	(73.672)	-	(543)	(15.245)	(89.460)
Saldos em 31/12/2025	(378.864)	-	(4.614)	(34.913)	(418.391)
<b>RESIDUAL</b>					
Saldos em 31/12/2025	2.286.343	34.206	1.028	17.810	2.339.387
Saldos em 31/12/2024	1.985.834	182.875	1.547	10.202	2.180.458

	Contratos de concessão (a)	Intangível em andamento (c)	Softwares de terceiros	Direito de uso - CPCo6 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	
Taxa média ponderada de amortização - %	(b)	-	11,4	(d)	
<b>CUSTO</b>					
Saldos em 31/12/2023	1.887.733	286.034	4.638	30.170	2.208.575
Adições	106.601	194.441	653	266	301.961
Baixa	-	(174)	-	(566)	(740)
Transferências	296.692	(297.426)	327	-	(407)
Saldos em 31/12/2024	2.291.026	182.875	5.618	29.870	2.509.389
<b>AMORTIZAÇÃO</b>					
Saldos em 31/12/2023	(247.672)	-	(3.466)	(12.737)	(263.875)
Adições	(57.520)	-	(605)	(7.314)	(65.439)
Baixas	-	-	-	383	383
Saldos em 31/12/2024	(305.192)	-	(4.071)	(19.668)	(328.931)
<b>RESIDUAL</b>					
Saldos em 31/12/2024	1.985.834	182.875	1.547	10.202	2.180.458
Saldos em 31/12/2023	1.640.061	286.034	1.172	17.433	1.944.700

- (a) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária. Em 31 de dezembro de 2025, as principais adições nesta rubrica referem-se à consultoria de apoio as obras de artes especiais, reabilitação e intervenção de pavimentos, sinalizações, duplicações, estruturas de contenções e infraestrutura das praças de pedágios.
- (b) As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2025 foram de 2,84% a.a. (2,57% a.a. em 31 de dezembro de 2024).
- (c) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 referem-se a: supervisão ambiental, consultoria de apoio de ampliação e às obras, duplicações e dispositivos de segurança, terraplenagem e contenção.
- (d) Amortização realizada conforme prazo do contrato de arrendamentos. As adições referem-se a novos contratos de locações de equipamentos, imóveis e veículos.

#### Provisão para redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia contratou uma consultoria externa para avaliar fatores internos e externos que indicassem se os ativos intangíveis apresentam valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis, na data-base de 31 de dezembro de 2025. O valor em uso foi calculado com base no método do fluxo de caixa descontado (ou DCF), considerando os seguintes critérios: (i) Premissas de projeção: as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos e capital de giro) e fluxos de caixa futuros (abordagem do FCFE ou *Free Cash Flow to Firm*), cujas perspectivas de crescimento para as rodovias baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como em dados de mercado e de empresas comparáveis. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão; (ii) Moeda de projeções: BRL nominal,

considerando efeitos inflacionários; (iii) Taxa de desconto: metodologia do WACC (ou CMPC na sigla em português), em termos nominais, depois dos impostos. O WACC (*Weighed Average Cost of Capital*) foi estimado com base em premissas de mercado e de empresas comparáveis à Companhia, resultando em: 11,70% a.a. (16,19% antes dos impostos). Com base nos procedimentos realizados relacionados a avaliação sobre o valor recuperável dos ativos intangíveis, a Administração da Companhia não identificou ajuste da provisão a ser constituído no resultado do exercício.

### Capitalização de juros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram capitalizados R\$14.686 referente a encargos financeiros (R\$15.725 em 31 de dezembro de 2024) de empréstimos, financiamentos e debêntures vinculados a intangível em andamento.

## **12 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

### 12.1 Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição e movimentação para o exercício:

	Balanco patrimonial			Resultado	
	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025	31/12/2025
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	2.087	612	(142)	2.557	470
Provisão para manutenção	20.009	8.033	(10.817)	17.225	(2.784)
Juros capitalizados	(44.095)	(3.641)	1.042	(46.694)	(2.599)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	21	-	(20)	1	(20)
Outros	36	-	-	36	-
IR e CS Diferido - Ativo/(passivo)	(21.942)	5.004	(9.937)	(26.875)	
Receita (despesas) de IR e CS Diferido					(4.933)

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC32 – Tributos sobre o Lucro, parágrafo 72, a Companhia possui em 31 de dezembro de 2025 R\$26.875 no passivo não circulante (R\$21.942 no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2024), e registrou débito de R\$4.933 de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do exercício.

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do passivo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações. Os estudos e projeções da Companhia preveem que a realização dos tributos diferidos seja realizada em até 10 anos. A Administração da Companhia acredita que as premissas utilizadas nos planos de negócios são robustas, factíveis e condizem com o atual cenário econômico.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados nos seguintes anos:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
2025	-	2.072
2026	1.435	1.656
2027	1.103	1.656
2028	1.094	1.656
2029	1.094	1.408
2030	805	1.408
A partir de 2031 (a)	<u>(32.406)</u>	<u>(31.798)</u>
	<u><u>(26.875)</u></u>	<u><u>(21.942)</u></u>

(a) Os valores estão relacionados à amortização de ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão e juros capitalizados e serão amortizados em prazos razoáveis antes do término do Contrato de Concessão.

## 12.2 Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	61.130	88.266
Alíquota fiscal vigente	34 %	34 %
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota vigente	<u>(20.784)</u>	<u>(30.010)</u>
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Gratificações/PPR diretores	(114)	(124)
Despesas indedutíveis	(5)	(5)
Incentivos fiscais (PAT)	353	357
Outros	<u>(2.631)</u>	<u>2.537</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u><u>(23.181)</u></u>	<u><u>(27.245)</u></u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(18.248)	(18.640)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.933)	(8.605)
Alíquota efetiva	37,9 %	30,9 %

## 12.3 Provisão para imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo no início do exercício provisão IR/CS	444	1.941
Despesa IR/CS DRE	18.248	18.640
Total de IR/CS pagos no exercício	<u>(18.653)</u>	<u>(20.137)</u>
Saldo no final do exercício provisão IR/CS	<u><u>39</u></u>	<u><u>444</u></u>

### 13 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Vencimento final	Taxa média de juros	31/12/2025	31/12/2024
Em moeda nacional:				
Finem - BNDES	12/2038	TJLP + 2% a.a.	372.163	378.410
Finem - BDMG	12/2038	TJLP + 2% a.a.	105.164	105.072
FINISA - CEF	12/2038	TJLP + 2% a.a.	285.128	289.832
FDCO - CEF	04/2036	7,50% a.a.	114.475	125.378
			<u>876.930</u>	<u>898.692</u>
Circulante			49.840	46.507
Não circulante			827.090	852.185

Os vencimentos das parcelas não circulante tem a seguinte distribuição, por ano:

	31/12/2025	31/12/2024
2026	-	44.568
2027	48.404	47.409
2028	51.555	50.472
2029	54.951	53.774
2030	58.613	57.335
Posteriores a 2030	613.567	598.627
	<u>827.090</u>	<u>852.185</u>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	898.692	877.078
Adições/(custo captação)	853	53.700
Encargos financeiros (Nota 23)	89.102	76.378
Pagamento de principal	(43.259)	(39.500)
Pagamento de juros	(68.458)	(68.964)
Saldo no final do exercício	<u>876.930</u>	<u>898.692</u>

As principais adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estão descritas a seguir:

Modalidade	Montante bruto
BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	1.750

Descrição dos contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantia
BNDDES	Beneficiária: ICSD $\geq 1,3$ / PL/AT $\geq 20\%$ ; Intervenientes: Dívida Líquida / EBITDA Ajustado $\leq 4,75$ ;	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios e Fiança Corporativa
BDMG	Beneficiária: ICSD $\geq 1,2$ / PL/AT $\geq 20\%$ ; Intervenientes: Dívida Líquida / EBITDA Ajustado $\leq 4,75$ ;	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios e Fiança Corporativa
CEF	Beneficiária: ICSD $\geq 1,2$ / PL/AT $\geq 20\%$ ; Intervenientes: Dívida Líquida / EBITDA Ajustado $\leq 4,75$ ;	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios e Fiança Corporativa
CEF	Beneficiária: ICSD $\geq 1,2$ / PL/AT $\geq 20\%$ ; Intervenientes: Dívida Líquida / EBITDA Ajustado $\leq 4,75$ ;	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios e Fiança Corporativa

Os contratos requerem a manutenção de alguns índices financeiros (*covenants*), medidos semestralmente pela Companhia e anualmente pela interveniente, com base nas demonstrações financeiras de cada período ou exercício. A Companhia e a interveniente Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., estão adimplentes com os referidos índices, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Instituição financeira	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
BNDDES, BDMG e CEF	ICSD - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	$\geq 1,30$	2,01
	Patrimônio Líquido / Ativo Total	$\geq 20\%$	42,82 %
	Dívida líquida/EBITDA ajustado (Interveniente ECS)	$\leq 4,75$	3,58
	ICSD - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	$\geq 1,20$	1,85

Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

A Companhia está adimplente com todas as cláusulas restritivas dos referidos contratos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía créditos não utilizados no contrato de financiamento de R\$36.195 (R\$61.595 em 31 de dezembro de 2024).

## 14 DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

Descrição	Vencimento	Taxa de juros	31/12/2025	31/12/2024
1ª Emissão (a)	12/2029	IPCA + 9,00% a.a	100.153	108.738
2ª Emissão (b)	12/2038	IPCA + 8,59% a.a	457.334	-
			<u>557.487</u>	<u>108.738</u>
Circulante			24.617	13.254
Não circulante			532.870	95.484

Descrição do contrato de debênture vigente:

Ref.	Tipo e Forma	Pagamento de juros	Amortização Principal	Tipo de Garantia	Repactuação
(a)	(i)	Semestral	Semestral	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios e Fiança Corporativa	Não
(b)	(i)	Semestral	Semestral a partir de 2027	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios e Fiança Corporativa	Não

(i) Simples, nominativa escritural, não conversível, distribuição pública.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2026	-	-	-	15.487	(1.127)	14.360
2027	59.161	(1.563)	57.598	21.939	(880)	21.059
2028	70.429	(1.151)	69.278	28.392	(524)	27.868
2029	83.535	(627)	82.908	32.264	(67)	32.197
2030	453	(500)	(47)	-	-	-
Posteriores a 2030	325.923	(2.790)	323.133	-	-	-
	<u>539.501</u>	<u>(6.631)</u>	<u>532.870</u>	<u>98.082</u>	<u>(2.598)</u>	<u>95.484</u>

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	108.738	108.171
Adições	443.912	-
Encargos financeiros (Nota 23)	29.414	17.124
Pagamento de principal	(9.900)	(4.500)
Pagamento de juros	(14.677)	(12.057)
Saldo no fim do exercício	<u>557.487</u>	<u>108.738</u>

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza, e não é objeto de repactuação programada.

Os contratos requerem a manutenção de certos índices financeiros (*covenants*), medidos anualmente com base nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia está adimplente com os referidos índices, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
1 <sup>a</sup>	Patrimônio Líquido / Ativo Total	≥ 20%	42,82%
	ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida	≥ 1,20x	1,85
2 <sup>a</sup>	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado (Garantidora ECS)	≤ 4,75	3,58
	ICSD - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	≥ 1,3	2,01

Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

A Companhia está adimplente com todas as cláusulas restritivas do referido contrato.

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está destacada a seguir:

	Data	Valor nominal	Custos com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Serie única - 1 <sup>a</sup> emissão	02/03/2018	90.000	(13.904)	76.096	IPCA + 9,00% a.a	14,59%
Serie única - 2 <sup>a</sup> emissão	26/09/2025	450.000	(6.088)	443.912	IPCA + 8,59% a.a	13,31%
		<u>540.000</u>	<u>(19.992)</u>	<u>520.008</u>		

## 15 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Passivo de arrendamento:	20.411	12.770
Circulante	16.465	7.587
Não circulante	3.946	5.183

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do período	12.770	19.594
Adições (Nota 11.d)	22.853	266
Baixas	-	(566)
Encargos financeiros (Nota 23)	3.020	2.126
Pagamento de principal	(15.212)	(6.524)
Pagamento de juros	(3.020)	(2.126)
Total	20.411	12.770

A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade (“*spread*” de crédito). Os “*spreads*” foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Prazos	Taxa % a.a.	
	31/12/2025	31/12/2024
1 ano	8,62 %	8,72 %
2 anos	8,71 %	8,58 %
3 anos	8,83 %	9,00 %
4 anos	9,01 %	9,01 %
5 anos	9,01 %	9,01 %
6 anos em diante	-	9,01 %

Vencimento das prestações	31/12/2025	31/12/2024
Menos de 1 ano	17.492	7.615
Entre 1 e 2 anos	3.232	3.706
Entre 2 e 5 anos	1.034	2.620
Acima de 5 anos	-	198
Total valores não descontados	21.758	14.139
Total juros embutidos	(1.347)	(1.369)
	20.411	12.770

## 16 PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Objeto	Companhia	Natureza	Contrato				Montantes envolvidos						Outras Informações	
			Data início	Data final	Total	A realizar	Saldo ativo	Saldo passivo	Vencimento	Custo	Despesa	Intangível	Garantias	Posição contratual
a)	Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Controladora	01/01/2025	31/03/2026	44.573	673	-	4.463	Em até 45 dias	15.151	16.601	12.148	N/A	Devedor
b)	Conc.Ecovias do Cerrado S.A.	Outras Partes Relacionadas	-	-	-	-	-	13	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Credor
b)	Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Controladora	-	-	-	-	-	1.187	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Devedor
c)	Conc.Ecovias do Cerrado S.A.	Outras Partes Relacionadas	-	-	-	-	-	4	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Devedor
d)	CBB Ind.e Com.de Asfaltos e Engenh.Ltda.   TB Transportadora Betumes Ltda.	Outras Partes Relacionadas	01/03/2024	01/06/2027	7.312	1.394	-	116	Em até 45 dias	-	-	4.848	N/A	Devedor
e)	Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Controladora	29/01/2025	29/01/2026	86.367	-	-	-	29/01/2026	-	6.203	-	N/A	Devedor
Total em 31 de dezembro de 2025							-	5.783		15.151	22.804	16.996		
Total em 31 de dezembro de 2024							23	3.499		18.665	8.651	8.928		

- (a) A Ecorodovias Concessões e Serviços é controladora indireta da Companhia, e presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.
- (b) Repasse de despesas entre as unidades. Adicionalmente, não há transações entre as partes em 31 de dezembro de 2025, trata-se apenas da divulgação do relacionamento entre as entidades..
- (c) Transferência de funcionários entre as unidades. Adicionalmente, não há transações entre as partes em 31 de dezembro de 2025, trata-se apenas da divulgação do relacionamento entre as entidades.
- (d) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda., e a TB Transportadora de Betumes Ltda., são controladas direta e indiretamente pelo Senhor Cesar Beltrão de Almeida e pela Senhora Cristiane Maria Bonetto de Almeida (seu cônjuge), pertencentes ao Grupo CR Almeida que em conjunto com Denise Beltrão de Almeida Cassou, Marcelo Beltrão de Almeida e Maria Fernanda Beltrão de Almeida, possuem em conjunto 8,2% de participação minoritária, direta e indireta do Grupo EcoRodovias. O objeto dos contratos com a CBB e TB é de fornecimento e transporte de material asfáltico.
- (e) Contrato de mútuo entre Companhia e a mutuária Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., controladora indireta, com taxa 100% do CDI + 1,5% a.a. liquidado em 26 de setembro de 2025.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não tinha concedido aval a nenhuma parte relacionada.

## Remuneração de administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados e plano de opções com base em ações), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a títulos de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2025 em R\$1.623 (R\$1.505 em 31 de dezembro de 2024) considerando os encargos sociais.

A Administração da Companhia convocará AGO dentro dos primeiros quatro meses do ano de 2026, para entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026. Adicionalmente, na mesma AGO, a Administração proporá aos acionistas a retificação do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 para R\$2.216 o qual foi efetivamente pago e refletido nas demonstrações financeiras.

A remuneração dos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Remuneração (fixa/variável)	1.110	1.018
Gratificação	101	-
Remuneração baseada em ações (Phantom Stock Option/ Restricted Stock)	484	(46)
Outros	—	1
Seguro de vida	3	2
Assistência saúde	50	51
Previdência privada	60	58
FGTS	91	45
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo - ILP (Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS)	317	164
	<u>2.216</u>	<u>1.293</u>

## **17 OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE**

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Taxa de fiscalização	-	602

A Companhia deverá recolher à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), ao longo de todo o prazo da concessão, a verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão, tendo início no primeiro mês após a data de Assunção da Concessão. A verba anual de fiscalização, definida no Contrato de Concessão, será distribuída em 12 parcelas mensais de mesmo valor e recolhida à conta da ANTT até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais

dos reajustes da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2025, o valor mensal da parcela reajustada é de R\$632 (R\$602 em 31 de dezembro de 2024).

A movimentação está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo no início do exercício	602	575
Custo (Nota 22)	8.960	7.585
Pagamento do principal	<u>(9.562)</u>	<u>(7.558)</u>
Saldo no final do exercício	<u>-</u>	<u>602</u>

#### 17.1 Informações sobre o Contrato de Concessão

Contratante: União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Data da assinatura: 05 de dezembro de 2013 (início do prazo da concessão em 08 de janeiro de 2014, data da assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência de Bens).

Objeto da Concessão: Explora pelo regime de concessão o trecho de 436,6 km da BR-050, desde o entroncamento com a BR-040, em Goiás, até a divisa de Minas Gerais com o Estado de São Paulo, considerando o contorno existente em Uberlândia, incluindo os elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais ligadas diretamente ou por dispositivos de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras de arte especiais e quaisquer outros elementos que se concentrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas nos termos do contrato de concessão “Edital nº 001/2013 Parte VII”. A exploração da rodovia se dá mediante a cobrança de tarifa de pedágio.

O contrato foi contabilizado como ativo intangível.

Índice de reajuste: IPC-A

Data de reajuste: 12 de abril de cada ano.

Prazo de vigência: 07 de janeiro de 2044.

O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado, a exclusivo critério do Poder Concedente, por até 30 (trinta anos), nas seguintes hipóteses: (i) por imposição do interesse público, devidamente justificado; (ii) em decorrência de força maior, devidamente comprovada; e (iii) para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando exigidos pelo Poder Concedente novos investimentos ou serviços, não previstos no Programa de Exploração Rodoviária – PER, ou em decorrência de sua alteração.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão.

Casos de extinção: Conforme cláusula 29 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; ou (f) falência ou extinção da Companhia.

Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a receita e o custo de construção totalizaram R\$208.922 (R\$280.813 em 31 de dezembro de 2024), não gerando lucros ou prejuízos na prestação de serviços de construção em troca do ativo intangível objeto do contrato de concessão.

Conforme descrito na Nota 18 Provisão para Manutenção, a Companhia tem a obrigação de realizar manutenções periódicas para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2025, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados. As informações abaixo tratam-se de estimativas e serão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia à medida de sua realização.

Natureza dos custos	Previsão até o fim da concessão	
	31/12/2025	31/12/2024
Melhorias na infraestrutura	146.324	163.647
Conservação especial (manutenção)	1.105.768	1.237.703
Equipamentos	1.232	6.349
Total	<u>1.253.324</u>	<u>1.407.699</u>

#### Seguros contratados

A Companhia tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. O Contrato de Concessão obriga a concessionária a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, riscos de engenharia operacionais, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias. Em 31 de dezembro de 2025, as principais apólices e coberturas são conforme segue:

Natureza	Final Vigência	Seguradora	Valor Garantia
Seguro garantia - Operações	31/12/2026	TOO	<u>264.680</u>
			<u>264.680</u>

## 18 PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

	31/12/2024	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2025
Constituição da provisão para manutenção	187.051	22.238	-	-	209.289
Efeito do valor presente sobre constituição	(41.030)	(3.563)	-	-	(44.593)
Realização da manutenção	(119.771)	-	(31.813)	-	(151.584)
Ajuste a valor presente - realizações	32.600	-	-	4.952	37.552
	<u>58.850</u>	<u>18.675</u>	<u>(31.813)</u>	<u>4.952</u>	<u>50.664</u>
Circulante	35.792				32.237
Não Circulante	23.058				18.427

	31/12/2023	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2024
Constituição da provisão para manutenção	169.404	17.647	-	-	187.051
Efeito do valor presente sobre constituição	(39.842)	(1.188)	-	-	(41.030)
Realização da manutenção	(92.482)	-	(27.289)	-	(119.771)
Ajuste a valor presente – realizações	26.988	-	-	5.612	32.600
	<u>64.068</u>	<u>16.459</u>	<u>(27.289)</u>	<u>5.612</u>	<u>58.850</u>
Circulante	25.275				35.792
Não circulante	38.793				23.058

## 19 PROVISÃO PARA PERDAS AMBIENTAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

### 19.1 Causas prováveis

Com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suportadas por opinião de seus consultores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, demonstradas a seguir:

	Ambientais	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2025	83	3.410	496	2.127	6.116
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(60)	1.418	141	-	1.499
(-) Pagamentos	-	(726)	(513)	(2)	(1.241)
(+) Atualização monetária	(23)	751	59	359	1.146
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>-</u>	<u>4.853</u>	<u>183</u>	<u>2.484</u>	<u>7.520</u>

	Ambientais	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	72	3.061	1.176	1.870	6.179
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	-	820	(304)	(1)	515
(-) Pagamentos/baixas	-	(923)	(396)	-	(1.319)
(+) Atualização monetária	11	452	20	258	741
Saldos em 31 de dezembro de 2024	83	3.410	496	2.127	6.116

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias, não existindo processos de valor individual relevante.

(b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a reclamações trabalhistas com pedidos de pagamento de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante.

(c) Processos tributários

O valor provisionado corresponde principalmente a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos, não existindo processos de valor individual relevante.

## 19.2 Causas possíveis

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia era parte em outros processos ambientais, cíveis, trabalhistas e tributários envolvendo riscos de perda para a Companhia avaliados como possíveis, portanto, sem constituição de provisão, conforme demonstrado abaixo, não existindo processos de valor individual relevante.

	31/12/2025	31/12/2024
Ambientais	2	2
Cíveis	418.666	413.160
Trabalhistas	3.440	3.351
Tributários	2.412	2.134
	424.520	418.647

## 20 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 20.1 Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é de R\$992.477, representados por 992.476.829 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas pertencentes a Argovias Administração e Participações S.A.

### 20.2 Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025 o total de reserva legal é de R\$10.672 (R\$8.775 em 31 de dezembro de 2024).

### 20.3 Reserva de lucros - orçamento de capital

Constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 27, parágrafo primeiro, inciso IV da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022. O saldo da reserva de orçamento de capital em 31 de dezembro de 2025 é de R\$189.037 (R\$147.506 em 31 de dezembro de 2024). O montante de R\$27.039, constituído com base no resultado de 31 de dezembro de 2025, será referendado na Assembleia Geral Ordinária que será convocada pela administração para os primeiros quatro meses de 2026.

A Assembleia Geral Ordinária de 16 de abril de 2025, deliberou a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, retificando a distribuição proposta inicialmente pela Administração, tendo sido o valor de R\$14.492, inicialmente proposto como dividendo mínimo obrigatório, destinado a constituição de reserva de Retenção de Lucros para Orçamento de Capital, nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76.

### 20.4 Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram distribuídos valores à título de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio. O saldo de R\$9.013, registrado na rubrica “Dividendos a pagar”, refere-se a saldo remanescente de dividendos mínimos obrigatórios de 2025. A Companhia tem expectativa de realizar o pagamento até 31 de dezembro de 2026.

O cálculo da distribuição do resultado é como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	37.949	61.021
Constituição da reserva legal	(1.897)	(3.051)
Base de distribuição	<u>36.052</u>	<u>57.970</u>
Proposta da Administração		
Dividendos mínimos obrigatórios (a)	9.013	14.492
Orçamento de capital	27.039	43.478

(a) Conforme Nota 20.3, a Assembleia Geral Ordinária aprovou a conversão dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2024 em orçamento de capital.

## 21 RECEITA LÍQUIDA

	31/12/2025	31/12/2024
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	27.329	41.537
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	364.536	295.365
Vale-pedágio	37.458	60.477
Outras	155	8.813
	<u>429.478</u>	<u>406.192</u>
Receita de construção (b)	208.922	280.813
Receitas acessórias (c)	1.252	1.141
Receita bruta	<u>639.652</u>	<u>688.146</u>
Deduções da receita bruta	(37.373)	(35.415)
Receita líquida	<u>602.279</u>	<u>652.731</u>
<u>Deduções</u>		
COFINS (3%)	(12.922)	(12.223)
PIS (0,65%)	(2.800)	(2.648)
ISS (2% a 5%)	(21.532)	(20.360)
Abatimentos	(119)	(184)
	<u>(37.373)</u>	<u>(35.415)</u>

- (a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- (b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um Contrato de Concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues. Sobre a receita de construção não há incidência de tributos.
- (c) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão.

## 22 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	26.551	26.296
Conservação e manutenção	16.271	23.931
Serviços de terceiros (a)	53.944	48.366
Seguros	3.039	2.231
Poder concedente (Nota 17)	8.960	7.585
Provisão para manutenção (Nota 18)	18.675	16.459
Custo de construção de obras	208.922	280.813
Depreciações e amortizações (Notas 10 e 11)	94.809	71.263
Locação de imóveis e máquinas	442	94
Outros custos e despesas operacionais	10.241	8.715
	<u>441.854</u>	<u>485.753</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	414.873	467.228
Despesas gerais e administrativas	26.981	18.525
	<u>441.854</u>	<u>485.753</u>

(a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza, resgate e remoção e outros.

## 23 RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	24.117	9.282
Atualização monetária depósitos judiciais (Nota 9)	37	35
Outras receitas financeiras	579	422
	<u>24.733</u>	<u>9.739</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures (Nota 14)	(19.762)	(10.220)
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 13)	(69.744)	(69.839)
Variação monetária sobre debêntures (Nota 14)	(8.092)	(5.475)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos (Nota 13)	(19.358)	(6.539)
Amortização de custos com emissão de debêntures (Nota 14)	(1.560)	(1.429)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção (Nota 18)	(4.952)	(5.612)
Atualização monetária da provisão para contingências diversas (Nota 19)	(1.146)	(741)
Juros sobre arrendamentos – CPC06 (R2) (Nota 15)	(3.020)	(2.126)
Juros sobre mútuo	(6.203)	—
Juros capitalizados	14.686	15.725
PIS/COFINS sobre outras receitas financeiras	(414)	(453)
Outras	(4.472)	(1.781)
	<u>(124.037)</u>	<u>(88.490)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(99.304)</u>	<u>(78.751)</u>

## 24 LUCRO POR AÇÃO

### 24.1 Lucro básico por ação

O Lucro básico e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	37.949	61.021
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	<u>992.477</u>	<u>827.717</u>
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>0,04</u>	<u>0,07</u>

### 24.2 Lucro diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações, dessa forma, não há diferença do lucro básico apresentado acima.

## 25 GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

### Índices de endividamento

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Dívida (a)	1.454.828	1.020.200
Disponibilidade (b)	<u>(134.662)</u>	<u>(77.664)</u>
Dívida líquida	1.320.166	942.536
Patrimônio líquido (c)	<u>1.192.186</u>	<u>1.148.758</u>
Índice de endividamento líquido	<u>1,11</u>	<u>0,82</u>

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas 13, 14 e 15.

- (b) A disponibilidade é definida como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras – conta reserva, conforme detalhado nas Notas 5 e 7.
- (c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

#### Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de analisar a melhor estratégia de limites para a alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado.
- Aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, operações compromissadas e certificado de depósito bancário CDB remunerados a taxa média ponderada de 99,6% do CDI em 31 de dezembro de 2025, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. (Em 31 de dezembro de 2024 era 87% do CDI).
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento: classificados como outros passivos financeiros, portanto, mensurados pelo custo amortizado.

#### Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2025 são como segue:

Classificação - Custo amortizado	Saldo Contábil	Valor Justo
<b>Ativos:</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (a)	71.465	71.465
Clientes (b)	35.584	35.584
Aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva (a)	336.916	336.916
<b>Passivos:</b>		
Fornecedores (b)	21.399	21.399
Fornecedores FIDC (b)	5.830	5.830
Empréstimos e financiamentos (c)	876.930	835.138
Debêntures (c)	557.487	528.715
Passivo de arrendamento (d)	20.411	21.758

- (a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva aproximam-se do valor justo na data do balanço.
- (b) Os saldos das rubricas de “Clientes”, “Fornecedores” e “Fornecedores FIDC” possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (c) Os empréstimos, financiamentos e debêntures, estão registrados ao custo amortizado na data do balanço.
- (d) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas de arrendamento.

## Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve quatro linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Insegurança regulatória/política do contrato de concessão, garantia da rentabilidade dos ativos e capital humano;
Operacional	Concorrência nas áreas de concessão, segurança ou interdição de infraestrutura existente, cibersegurança e paralização dos sistemas críticos, gestão da cadeia de suprimentos e subcontratados, cumprimento dos contratos de concessão e segurança viária;
Financeiro	Risco de mercado, risco de crédito, premissas e estimativas contábeis e de planejamento financeiro;
<i>Compliance</i>	Corrupção, fraude, integridade e não conformidade com regulamentações do setor e/ou Legislações.

A estratégia formulada pelo Grupo EcoRodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamentada no princípio de que essa se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares:

A Gestão Holística - Nível Macro - tem caráter eminentemente estratégico, pois está intrinsicamente ligada a questões como missão, visão e objetivos empresariais, ambiente regulatório e competitivo, e capacidade financeira, visando também a compreensão integral dos riscos: considera o potencial impacto de todos os tipos de riscos sobre todos os processos, atividades, stakeholders, produtos e serviços;

A Gestão Individualizada - Nível Micro - contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de riscos, principalmente vinculados aos processos da organização;

Com relação a avaliação de riscos considera-se a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Conformidade Legal, Socioambiental, Reputacional e Impacto Econômico.

No Grupo EcoRodovias efetua-se a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

A administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco da taxa de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxas de juros e inflação da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. A Companhia está exposta as principais variações:

- Taxas de Inflação: Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A), relacionado às emissões de debêntures e reajuste tarifário da Companhia;
- Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relacionado às aplicações financeiras relativas à excedente de caixa investidos em títulos e valores mobiliários indexados em CDI da Companhia; e
- Taxa de juros de Longo Prazo (TJLP) relacionado aos empréstimos e financiamentos da Companhia.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta Nota Explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas financeiras decorrentes da inadimplência de suas contrapartes, de instituições financeiras de recursos ou de investimentos financeiros.

A fim de mitigar os riscos de crédito, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras com classificação de Risco “rating” de no mínimo AA, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$21.460 (R\$16.529 em 31 de dezembro de 2024), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registrados na rubrica “Clientes”. O fluxo de recebimento dos referidos valores gira entre 30 e 60 dias.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da escolha pela Companhia entre o capital próprio (retenção de lucros e/ou aportes de capital) e capital de terceiros para financiar suas operações. A Companhia gerencia tais riscos através de um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos em diante
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	45.558	45.558	45.558	455.580
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG	12.901	12.901	12.901	129.010
Caixa Econômica Federal - FINISA	34.989	34.989	34.989	349.888
Caixa Econômica Federal - FDCO	18.884	18.091	17.304	104.478
Debêntures	25.525	32.284	38.927	42.222
Passivo de arrendamento	17.492	3.232	433	601
	<u>155.349</u>	<u>147.055</u>	<u>150.112</u>	<u>1.081.779</u>

### Análise de sensibilidade

#### Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, IPCA e TJLP, principais indicadores das aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e debêntures contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Juros de aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	35.899	44.874	53.849
Juros sobre debêntures (b)	Alta do IPCA	(56.626)	(57.565)	(58.511)
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta da TJLP	(55.184)	(68.979)	(82.775)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(75.911)</u>	<u>(81.670)</u>	<u>(87.437)</u>

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI (a)	12,90%	16,13%	19,35%
IPCA (b)	4,22%	5,27%	6,32%
TJLP (c)	9,11%	11,38%	13,66%

Fonte: Relatório MB Associados – Dezembro/2025

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

## **26 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

### **26.1 Caixa e equivalentes de caixa**

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota 5.

### **26.2 Informações suplementares**

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

### **26.3 Transações que não envolvem caixa**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia realizou as atividades abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

<b>Transação</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Direito de uso – CPCo6 (R2) - Adições	22.853	266
Direito de uso – CPCo6 (R2) - Baixas	-	(566)

## **27 INFORMAÇÃO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO**

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e de receitas acessórias relacionadas a exploração da rodovia e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

**Declaração dos Diretores nos termos do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022**

Para fins do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da Eco050 - Concessionária de Rodovias S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da Eco050 - Concessionária de Rodovias S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, bem como do relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda, a diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI da Resolução CVM 80/22, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda, e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Uberlândia - MG, 17 de março de 2026.

**Alberto Luiz Lodi**

Diretor Presidente

**Matheus da Silva Pereira Fernandes**

Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores